



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680008 - SP (2021/0218510-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ANDRE LUIZ REDIGOLO DONATO
ADVOGADO : ANDRE LUIZ REDIGOLO DONATO - SP305781
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS HENRIQUE ZANARDI SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS HENRIQUE ZANARDI SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501053-07.2019.8.26.0347).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão no regime inicial semiaberto e de 14 dias-multa, como incurso no art. 155, *caput*, c/c § 1º do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois estão presentes os requisitos do art. 44 do Código Penal, uma vez que não se trata de reincidente específico, nem de crimes com violência grave à pessoa.

Requer, liminarmente, que seja fixado o regime inicial de cumprimento aberto, e, por derradeiro, que sejam aplicadas as penas restritivas de direito. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente